



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATICO N.º 28

Janeiro de 1999

NOTAS

1. Realizou-se no passado dia 20 de Janeiro de 1999, na Procuradoria-Geral da República, uma **reunião** dos **inspectores** do Ministério Público, que contou com a presença de todos os inspectores e com uma agenda donde constava a distribuição das inspecções constantes do plano para 1999, a efectivação do ponto da situação relativamente às inspecções dos anos anteriores e, ainda, análise de assuntos diversos.

Em *anexo* consta o **plano** homologado. As inspecções constantes do plano e ainda não distribuídas ficam, por ora, a aguardar pela nomeação de um novo inspector.

As inspecções pendentes atingem apenas o número de 38 (sendo 3 respeitantes a comarcas e as restantes ao serviço prestado por 5 procuradores da República e 30 procuradores-adjuntos) e referem-se quase exclusivamente ao ano de 1998. Dos anos anteriores encontra-se ainda pendente uma inspecção extraordinária do ano de 1997, relativa aos serviços prestados por um procurador-adjunto e em relação à qual o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) decidiu, oportunamente, alargar o seu âmbito inicial.

Na referida reunião procedeu-se, também, com base em exposição prévia do Conselheiro Procurador-Geral da República, a uma reflexão sobre as **inspecções: seus critérios e objectivos**, face ao novo ciclo aberto com as revisões do Estatuto do Ministério Público (EMP) e do Código de Processo Penal.

As questões e os aspectos analisados, em resultado

dessa exposição, versaram essencialmente sobre a necessidade de serem criados factores de estímulo, auto-estima e aproveitamento da experiência profissional dos magistrados bem como serem aprofundadas as formas de diagnóstico tanto em sede da organização e métodos de trabalho como da investigação penal e utilização das novas formas processuais penais.

Da reunião resultou ainda a constituição de um grupo de trabalho para elaboração de um ante-projecto de **regulamento de inspecções**, constituído pelos inspectores: Lic. *José Ribeiro Afonso*, Lic. *Vítor Manuel dos Santos Silva* e Lic.^a *Maria Helena Santos Delgado António* e coadjuvado pelo vogal a tempo inteiro do CSMP.

2. Em *anexo* apresenta-se, também, o último **movimento de magistrados**.

Embora, ainda, não esteja prevista a data do próximo movimento recomenda-se, desde já, a todos os procuradores-adjuntos que desejem ser promovidos, por via de concurso, que especifiquem sempre nos requerimentos e em relação a cada movimento todos os lugares (círculos, tribunais ou departamentos), mencionados ou não no anúncio, onde pretendem ser colocados.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3. O discurso proferido pelo Conselheiro Procurador-Geral da República, na sessão solene de abertura do ano judicial, encontra-se disponível - através da *internet* - no *site* da Procuradoria-Geral da República (www.pgr.pt).

4. A **próxima sessão** do Conselho está designada para o dia 17 de Março de 1999.

A TABELA

1. A tabela da última sessão do CSMP comportava um total de 26 pontos aos quais foram adicionados mais 2 respeitantes a casos urgentes.

2. Dos pontos inscritos, oito respeitavam à renovação das comissões de serviço de outros tantos magistrados: 2 nos Supremos Tribunais, 1 no Tribunal Superior de Justiça de Macau, 3 na Inspecção-Geral da Administração Interna (IGAI), 1 na Inspecção-Geral da Saúde e 1 no Território de Macau.

A restante agenda referia-se, para além do período de antes da ordem do dia, à análise dos seguintes assuntos: verificação de poderes dos novos membros do Conselho; delegação de poderes a que se refere o artigo 31.º do EMP; apreciação de 3

processos de inspecção; autorização da nomeação, em comissão de serviço, de 2 magistrados, respectivamente, para os cargos de director da delegação em Coimbra do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e de inspector superior principal da IGAI; pedidos de autorização de 3 magistrados e de uma substituta do procurador-adjunto para a frequência, num caso, de um curso de mestrado e, nos restantes casos, de cursos de pós-graduação; pedido de deferimento de aposentação/jubilção de um procurador-geral adjunto; designação de um magistrado para integrar a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd); apreciação de uma carta subscrita por magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados, um solicitador e funcionários de justiça acerca das instalações do tribunal da comarca de Sintra; designação de magistrados do Ministério Público para constituição dos júris de selecção dos candidatos ao XVIII curso normal de formação do CEJ; pedido de designação de magistrados para integrarem os Conselhos Municipais de Segurança de Moncorvo e de Anadia; pedido de reintegração de uma magistrada na situação de licença sem vencimento de longa duração e, por último, movimento de magistrados.

A SESSÃO EM RETROSPECTIVA

1. Na sessão do passado dia 27 de Janeiro apenas não pode estar presente o Dr. Santos Pais.
2. Todos os pontos inscritos na tabela foram apreciados.

PONTOS DA AGENDA

1. A sessão iniciou-se com a verificação de poderes dos membros eleitos pelos magistrados.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2. No habitual **período de antes da ordem do dia** e depois das saudações de boas vindas aos novos membros, o Conselho teve oportunidade de manifestar, por unanimidade, o seu apreço pelo empenho e trabalho desenvolvido pelos anteriores membros eleitos pelos magistrados e agora substituídos: Lics. *António Henriques Gaspar, Rui Bastos, Alcides Rodrigues, Mourato Carvalho e Fernando Simões*.

Ainda nesse mesmo período o Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República, que presidiu à sessão, referiu-se ao resultado positivo das diligências encetadas com vista à realização de uma reunião conjunta dos conselhos superiores das magistraturas, aguardando-se agora a oportunidade para a designação de data para esse efeito.

Nesse mesmo período de antes da ordem do dia e tomando por base as recentes alterações ao EMP, foram também abordados, para serem desenvolvidos em próxima sessão, aspectos que se prendem com o funcionamento e competência do Conselho, designadamente, no que respeita à eventual constituição de secções para apreciação do mérito profissional (artigo 29.º, n.º 1 do EMP), ao regulamento interno da Procuradoria-Geral da República e ao regulamento de inspecções.

Foi igualmente sublinhada a necessidade de aprofundamento do papel do *Boletim Informativo* enquanto instrumento capaz de assegurar um conhecimento mais rápido e transparente tanto da actividade como das dominantes do pensamento do CSMP.

3. Ultrapassado aqueles dois primeiros pontos da ordem dos trabalhos, o Conselho entrou então na apreciação dos demais pontos da tabela.

No que se refere à **delegação de poderes** prevista no artigo 31.º do EMP, foram delegados os poderes seguintes:

Nomeação de procuradores-adjuntos estagiários.

Nomeação de substitutos do procurador-adjunto não magistrados.

Renovação do destacamento de magistrados auxiliares.

Renovação de comissões de serviço, exceptuados os casos previstos nos artigos 125.º, n.ºs 1 e 3, 126.º, n.ºs 1 e 3 e 127.º do Estatuto do Ministério Público.

Nomeação dos Directores das Delegações do Centro de Estudos Judiciários.

Prorrogação do prazo para a posse dos magistrados e autorização para que a mesma seja tomada em local e/ou entidade diversa dos previstos na lei.

Autorização para os magistrados residirem em localidade diferente da prevista no artigo 85.º do Estatuto do Ministério Público.

Concessão de licenças.

Exonerações, quando requeridas.

Apreciação preliminar das exposições e reclamações contra movimentos de magistrados e indeferimento dos considerados injustificados.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Emissão do parecer a que se referem os artigos 63.º, n.º 6, 64.º, n.º 4 e 65.º, n.º 6, todos do Estatuto do Ministério Público.

Nos **processos de inspecção** analisados foram votadas duas classificações de "*Muito Bom*", respeitando ao serviço prestado por 2 procuradores da República (num caso com 2 votos de vencido e noutro apenas com um voto de vencido), e uma de "*Bom*", relativa a 1 procurador-adjunto.

O Conselho autorizou a **renovação** das seguintes **comissões de serviço**:

- do procurador-geral adjunto Lic. *Manuel de Oliveira Henriques* como juiz do Tribunal Superior de Justiça de Macau;

- do procurador-geral adjunto Lic. *António Simões Redinha* como procurador-geral adjunto no Território de Macau;

- do procurador-geral adjunto Lic. *António Matos Salgado* nos Supremos Tribunais;

- do procurador-geral adjunto Lic. *António Alfredo de Matos Soares Póvoa* nos Supremos Tribunais;

- do procurador-geral adjunto Lic. *António Henriques Rodrigues Maximiano* como Inspector-Geral da Administração Interna;

- do procurador-geral adjunto Lic. *Armando Moreira Rodrigues* como Inspector-Geral da Saúde;

. do procurador da República Lic. *José Vicente Gomes de Almeida*, agora como Subinspector-Geral da IGAI;

- da procurador da República Lic.^a *Maria de Fátima da Graça Carvalho* como Subinspectora-Geral da IGAI.

Foram igualmente **autorizadas as nomeações, em comissão de serviço**, dos Lics. *Luís Manuel Baía da Costa*, procurador da República e *Adelaide Magalhães Sequeira*, procuradoraadjunta, para os cargos, respectivamente, de director da delegação em Coimbra do CEJ e de inspectora superior principal da IGAI.

Também foram **autorizados**, sob a condição de inexistência de prejuízo para o serviço, os pedidos dos Lics. *Rui Manuel Pires de Almeida* e *José Mário Nogueira da Costa*, ambos procuradores adjuntos, para frequência do curso de pós-graduação em Direito Penal Económico e Europeu e, ainda, da substituta do procurador-adjunto na comarca de Paredes de Coura, Lic.^a *Camila Maria Santos e Silva* para frequência do curso de pós-graduação em Protecção de Menores.

Idêntica **autorização** foi concedida ao procurador da República Lic. *António Henrique Lourenço Farinha*, em comissão de serviço como docente no CEJ, para frequência do "*Master Europeu em Mediação*".



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho **deferiu** o pedido de aposentação/jubilção do procurador-geral adjunto, Lic. *Fernando Manuel Matos Madureira*.

Relativamente à designação de magistrados para os **Conselhos Municipais de Segurança** de Moncorvo e de Anadia, o Conselho deliberou no sentido dessa designação ser efectuada, respectivamente, pelos procuradores-gerais distritais do Porto e de Coimbra.

Foi **deferido** o pedido de regresso ao serviço, após licença sem vencimento de longa duração, da Lic.^a *Maria Gertrudes Oliveira Mendes*.

Tendo tomado conhecimento de uma carta relativa à situação de falta de instalações próprias e condignas dos tribunais da **comarca de Sintra** - carta essa datada de 10 de Novembro de 1998 e subscrita por 19 magistrados judiciais, 17 magistrados do Ministério Público, 31 advogados, 1 solicitador e 101 funcionários de justiça - o CSMP deliberou significar a Sua Excelência o Ministro da Justiça que acompanha a preocupação dos referidos subscritores.

O Conselho designou para **vogal da CNPD** o procurador da República Lic. *Amadeu Francisco Ribeiro Guerra*.

Com vista à constituição dos **júris de selecção** dos candidatos ao XVIII curso normal de formação do CEJ, foram designados os seguintes magistrados:

PROVAS ESCRITAS: Presidentes:

Lic. *José Manuel Martins de Azambuja Fonseca* Lic. *David Valente Borges de Pinho*

Prova escrita de penal:

Lic.^a *M.^a da Graça L. M. V. V. Silveira Azevedo* Lic. *Luis Manuel da Cunha da Silva Pereira*
Lic. *Rui do Carmo Moreira Fernando* Lic.^a *Isabel Maria Lopes Jordão*

Prova escrita de cível:

Lic. *Fernando Bento* Lic.^a *Maria Isabel Fernandes da Costa* Lic. *Manuel Pereira Augusto Matos*
Lic. *Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias*

PROVAS ORAIS: Presidentes:

Lic. *Francisco Teodósio Jacinto* Lic.^a *Maria Cândida G. Pinto de Almeida* Lic. *António Manuel dos Santos Soares*
Lic. *Manuel José Carrilho Simas Santos*

Suplentes:

Lic. *Mário Gomes Dias* Lic. *Daniel Viegas Sanches*

Prova oral de penal:

Lic. *Luís Filipe Ramos Bonina* Lic.^a *Maria José Capelo Rodrigues Morgado* Lic. *João Manuel da Silva Miguel*
Lic.^a *Francisca Eugénia da S. Dias Van Dunem*



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova oral deável:

Lic. *Alberto Augusto Andrade de Oliveira* Lic. *Luís Manuel Baía da Costa* Lic. *Luís Elói Pereira Azevedo* Lic. *João Alberto de Figueiredo Monteiro*

Provas de conversação e de interrogatório:

Lic. *José Adriano Machado de Souto Moura* Lic. *Rui Manuel Lisboa Epifânio* Lic. *Carlos Francisco de O. Lopes do Rego* Lic. *António Pais Agostinho Homem* Lic. *Luís Novais Lingnau da Silveira* Lic. *Vitor Manuel dos Santos Ribeiro* Lic.^a *Guilhermina Maria Marreiros* Lic.^a *Maria Joana Raposo Marques Vidal*

Prova oral deável - Suplentes:

Lic. *Boaventura Marques da Costa* Dr. *Adriano F. de C. Gonçalves da Cunha* Dr.^a *Liliana de S. José André Teles Palhinha* Dr.^a *Teresa de Jesus Oliveira de Almeida*

Prova oral de penal - Suplentes:

Lic. *Joaquim Baltazar Pinto* Lic. *Rui Fernando de Almeida Bastos* Lic. *João Aibéo Fernandes Nogueira* Lic. *Osvaldo José da Silva Pina*

1. O Conselho nomeou coordenador da secção de contencioso tributário do Tribunal Central Administrativo o procurador-geral adjunto Lic. *José Manuel de Carvalho Neves Leitão*.
2. Procedeu-se à **composição da Secção Disciplinar** mediante a eleição dos vogais magistrados e a rotação, quanto aos restantes membros, decorrente do termo do mandato do anterior Conselho.

A composição do Plenário e da Secção Disciplinar do CSMP constam em anexo.

O Conselho deliberou que o procurador-adjunto Lic. *Carlos José de Sousa Mendes* exerça o cargo de vogal a tempo inteiro.

O **movimento de magistrados** bem como o essencial das respectivas notas justificativas reproduzem-se em anexo.

1. Foram distribuídos para parecer o projecto de proposta de **lei de promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em perigo** e, ainda, o projecto de diploma sobre o **regime penal especial relativo a jovens adultos**.

O Conselho deliberou, para o efeito, constituir um grupo de trabalho constituído pelo procuradora da República, Lic.^a *Joana Marques Vidal* e pelos procuradores-adjuntos, Lics. *Luís Felgueiras* e *Sousa Mendes*.



S. R.
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

anexo

Composição do Plenário e da Secção Disciplinar do CSMP

Plano de inspecções * **Procuradores da República** * **Procuradores-Adjuntos** *
Comarcas

Movimento de magistrados